

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**1. Cenário Macroeconômico**

O primeiro semestre de 2014 foi marcado pela continuidade da deterioração do quadro macroeconômico brasileiro. A despeito de uma perspectiva que já se mostrava pouco animadora para o desempenho da atividade econômica no ano, o comportamento efetivo da economia nos primeiros meses de 2014 foi menor que o esperado, resultando na contínua redução das projeções para o crescimento do PIB. Dessa forma, os acontecimentos verificados nesse período trouxeram cautela às perspectivas de melhoria do quadro macroeconômico brasileiro. Do ponto de vista internacional, o primeiro semestre apresentou um cenário de instabilidade, com o desempenho das principais economias gerando preocupações. Nos Estados Unidos há sinais crescentes de retomada de um bom ritmo de crescimento. No entanto, na Europa, a lenta retomada tem dado sinais de fragilidade e na China prevaleceu um ambiente de preocupação com o grau de desaceleração da economia, embora o resultado do segundo trimestre tenha trazido alívio.

Em relação ao PIB nacional, verificou-se, no primeiro trimestre de 2014, uma tímida expansão registrando um avanço de 0,2% em relação ao trimestre anterior. Mereceu destaque nesse período o PIB agropecuário com um crescimento de 3,6%, evidenciado pelas safras de soja, arroz, feijão e algodão.

Espera-se um resultado positivo para a agricultura brasileira em 2014. A produção de grãos da safra 2013/2014 deve ser superior à temporada passada. Os preços das *commodities* permanecem em patamares elevados, sendo que a queda esperada para as colações não deverá comprometer a renda agrícola real do produtor. Mesmo no cenário de recomposição da oferta mundial de grãos, a expressiva produção brasileira, a demanda internacional aquecida e o patamar desvalorizado do real frente ao dólar, devem garantir um bom resultado para a balança comercial do setor neste ano.

No cenário doméstico mantiveram-se as pressões inflacionárias no primeiro semestre de 2014, forçando o Banco Central a elevar a taxa Selic por duas vezes, atingindo o patamar de 11% em abril de 2014. A curva de juros teve períodos distintos ao longo do semestre, sendo que até março prevaleceu um quadro de pressões nas taxas de juros de longo prazo, em meio ao pessimismo dos investidores com o Brasil. Porém, a redução do mau humor global, a valorização do real, o fim do ciclo de aperto monetário e a contínua deterioração das perspectivas para o crescimento econômico resultaram na derrubada dos juros futuros ao longo do segundo trimestre.

A política monetária deparou-se com um quadro amplamente desafiador, com a manutenção das expectativas de inflação para o fim de 2014 e 2015 próximas ao teto da meta. Em junho, o IPCA acumulado em 12 meses rompeu o teto da meta de inflação, ao atingir 6,52%. Embora os alimentos tenham contribuído de maneira importante para a aceleração dos preços – o grupo alimentação e bebidas teve variação superior a 5% no período –, houve outros fatores que pressionaram o indicador. A inflação de serviços manteve-se elevada, acumulando 4,6% no ano e 9,1% em 12 meses. Os preços administrados começam a ser recompostos, com destaque para as tarifas de energia elétrica ajustadas em 2013.

O frágil cenário da economia está intimamente ligado à contínua redução dos índices de confiança do consumidor e da indústria, calculados pela FGV, que recuaram aos menores níveis desde o início de 2009, quando a economia ainda sentia os piores efeitos da crise financeira global. Se, por um lado, a atuação dos empresários vem refletindo todo o quadro adverso para a economia, do outro os consumidores adotaram uma postura cautelosa diante do sentimento de esfriamento do mercado de trabalho, com consequente perda do poder de compra devido à persistência inflacionária e piora das condições do crédito.

Neste cenário de confiança em baixa, menor geração de empregos, expansão modesta dos salários e acesso mais difícil ao crédito, as vendas no varejo sustentaram trajetória mais contida em relação ao padrão dos últimos anos. No acumulado até maio deste ano, o varejo restrito exibiu alta real de 5,0% nas vendas na base anual, mas o índice ampliado, que inclui as vendas do setor automotivo, cresceu apenas 1,4% no período. A evolução está em linha com a expectativa de menor crescimento do consumo nos próximos anos, diante da incapacidade dos condicionantes que puxaram a variável nos anos anteriores – emprego, renda e crédito – sustentarem a mesma performance. Adicionalmente, há limites claros à expansão do consumo no país, dado pelo patamar já elevado do déficit em transações correntes, que tem se aproximado de 4% do PIB.

Se o primeiro semestre de 2014 foi marcado pela consolidação do quadro econômico adverso no Brasil, o desenrolar do processo eleitoral deste ano – em que pese a alta volatilidade de mercados esperada nestes momentos – abre espaço para a realização de debates construtivos e pode provocar ajustes positivos na condução da política econômica brasileira.

**2. Bancoob**

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob) é um banco comercial privado, especializado no atendimento a cooperativas financeiras. A instituição integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicob) e seu controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sistema. Além de preservar a autonomia e a liberdade operacional das cooperativas, sobretudo no que diz respeito à sua inserção no mercado financeiro, o Bancoob atua no sentido de agregar fatores de competitividade a essas instituições, por meio de produtos e serviços financeiros que possibilitem um atendimento cada vez mais amplo e satisfatório aos associados. São subsidiárias do Bancoob as empresas Cabal Brasil, Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios. O Bancoob também é fundador e patrocinador da Fundação Sicob Previ. Juntas essas empresas viabilizam soluções financeiras nos segmentos de cartões, fundos de investimento, consórcios e previdência. O Bancoob atua fortemente para proporcionar às cooperativas do Sicob e aos sistemas parceiros, condições de competitividade frente aos bancos de varejo. Assim, na esteira de sua atuação são conjugadas ações que impulsionam melhores retornos para as cooperativas e seus associados.

No primeiro semestre de 2014 a instituição teve seu Rating Nacional de Longo Prazo ratificado pela Fitch Ratings, em "A-", com perspectiva de estabilidade, refletindo seus excelentes índices de qualidade de ativos, os adequados resultados operacionais e a manutenção da boa liquidez, beneficiada pela centralização financeira da caixa de seus acionistas, as cooperativas do Sicob.

Para o ano de 2014, o Bancoob está desenvolvendo soluções sistêmicas nos segmentos de crédito imobiliário, seguros e aquisição de meios eletrônicos de pagamento.

**3. Performance**

O Bancoob encerrou o primeiro semestre de 2014 com ativos totais consolidados de R\$ 21,72 bilhões, com aumento de 24,57% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

**a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM**  
Com montante de R\$ 12,19 bilhões em junho de 2014, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs e LTNs e NTNs), o que equivale a 68% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 90 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

**b. Operações de crédito**

A carteira de crédito totalizou R\$ 7,27 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 21,48% em relação ao primeiro semestre de 2013. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 294,93 milhões, aumento de 13,73% em relação ao primeiro semestre de 2013.

**c. Operações com cartão de crédito e de débito**

No segmento de cartões, registrou-se um crescimento expressivo de 59% em relação ao primeiro semestre de 2013, com a movimentação financeira da carteira atingindo R\$ 3,5 bilhões.

A expansão da base de cartões junto aos sistemas cooperativos parceiros contribuiu com cerca de 17% da movimentação financeira do semestre.

**d. Captações**

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram o valor de R\$ 17,67 bilhões, aumento de 19,79% em relação ao primeiro semestre de 2013, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação de recursos oriundos das cooperativas do Sicob. A Poupança Cooperada encerrou o semestre com carteira de R\$ 2,24 bilhões, crescimento de 34,26% em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

**e. Processamento de serviços**

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou, durante o primeiro semestre, um total de 107.137.132 documentos, número este 11,10% superior ao primeiro semestre de 2013.

**f. Novos convênios**

No primeiro semestre de 2014, vários novos convênios corporativos para os serviços de arrecadação foram adicionados ao portfólio do

Sicobob. Merecem destaque o convênio DETRAN-PR e a autorização para arrecadação de tributos de diversas Prefeituras e convênios regionais tais como ISIMPLES Telecom, Icatu Seguros, Foz de Goiás, Águas de Itapema-SC, DME Energética-MG, entre outros.

**4. Gerenciamento de Riscos****a. Risco operacional**

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais, que foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Bancoob.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos e Riscos, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

**b. Riscos de mercado e de liquidez**

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- limite mínimo de liquidez;
- projecção do fluxo de caixa para 90 dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress, que inclusive alimentam a análise de situações extremas para efeito do gerenciamento do capital regulamentar;
- planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/2007, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

**c. Risco de crédito**

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicob.

Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de crédito;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- análise de situações extremas de perdas na carteira de crédito com vistas a subsidiar o gerenciamento do capital regulamentar.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados, e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

**5. Estrutura de Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

**6. Patrimônio Líquido e Resultado do Semestre**

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 663 milhões, o que representa um crescimento de 18,28% em relação ao primeiro semestre de 2013.

O lucro líquido no período foi de R\$ 43,09 milhões, com retorno anualizado de 14,84% sobre o patrimônio líquido médio.

**7. Agradecimentos**

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração, ao Sicob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicob e de sistemas parceiros, pelo trabalho executado em cooperação e parceria, e aos colaboradores do conglomerado Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO (Em milhares de Reais)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>14.926.312</b>	<b>12.385.993</b>	<b>14.931.564</b>	<b>12.390.623</b>
Disponibilidades (Nota 5)	3.214	2.861	3.214	2.863
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	5.892.486	6.361.048	5.892.486	6.361.048
Aplicações no mercado aberto	4.387.373	5.168.722	4.387.373	5.168.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.505.113	1.192.326	1.505.113	1.192.326
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 7)</b>	<b>2.667.454</b>	<b>1.320.792</b>	<b>2.671.068</b>	<b>1.323.441</b>
Carteira própria	527.015	236.110	530.629	238.759
Vinculados a compromissos de recompra	137.201	222.240	137.201	222.240
Vinculados ao Banco Central	-	53.486	-	53.486
Vinculados à prestação de garantias	2.003.238	808.956	2.003.238	808.956
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>1.331.844</b>	<b>621.709</b>	<b>1.331.844</b>	<b>621.709</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	814.277	326.281	814.277	326.281
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	517.494	295.386	517.494	295.386
Relações com correspondentes	73	42	73	42
<b>Operações de crédito (Nota 8)</b>	<b>4.227.756</b>	<b>3.585.396</b>	<b>4.227.756</b>	<b>3.585.396</b>
Operações de crédito - Setor privado	4.241.680	3.598.427	4.241.680	3.598.427
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.924)	(13.031)	(13.924)	(13.031)
<b>Outros créditos</b>	<b>780.743</b>	<b>473.648</b>	<b>782.313</b>	<b>475.578</b>
Rendas a receber	32.897	9.729	33.509	10.254
Diversos (Nota 21b)	752.203	466.364	753.161	467.799
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.357)	(2.445)	(4.357)	(2.475)
<b>Outros valores e bens</b>	<b>22.815</b>	<b>20.539</b>	<b>22.883</b>	<b>20.588</b>
Outros valores e bens	708	570	708	570
Despesas antecipadas	22.107	19.969	22.175	20.018
<b>Não circulante</b>	<b>6.795.539</b>	<b>5.053.037</b>	<b>6.788.542</b>	<b>5.046.039</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	-	408.551	-	408.551
Aplicações no mercado aberto	-	407.640	-	407.640
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	911	-	911
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 7)</b>	<b>3.624.469</b>	<b>2.115.151</b>	<b>3.624.469</b>	<b>2.115.151</b>
Carteira própria	2.721.580	177.396	2.721.580	177.396
Vinculados a compromissos de recompra	138.163	127.114	138.163	127.114
Vinculados à prestação de garantias	764.726	1.810.641	764.726	1.810.641
<b>Operações de crédito (Nota 8)</b>	<b>3.041.663</b>	<b>2.398.865</b>	<b>3.041.663</b>	<b>2.398.865</b>
Operações de crédito - Setor privado	3.065.236	2.423.582	3.065.236	2.423.582
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.573)	(24.717)	(23.573)	(24.717)
<b>Outros créditos</b>	<b>54.995</b>	<b>57.454</b>	<b>55.840</b>	<b>58.022</b>
Diversos (Nota 21b)	55.026	57.485	55.871	58.022
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(31)	(31)	(31)	-
<b>Investimentos</b>	<b>16.525</b>	<b>15.477</b>	<b>8.151</b>	<b>7.782</b>
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	16.325	15.277	7.951	7.570
Outros investimentos	200	200	200	212
<b>Imobilizado (Nota 11)</b>	<b>55.480</b>	<b>56.063</b>	<b>55.990</b>	<b>56.190</b>
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	18.905	17.736	19.614	17.969
(-) Depreciações acumuladas	(19.359)	(17.587)	(19.538)	(17.693)
<b>Intangível (Nota 12)</b>	<b>2.427</b>	<b>1.476</b>	<b>2.429</b>	<b>1.478</b>
Softwares	6.490	5.027	6.492	5.029
(-) Amortizações acumuladas	(4.063)	(3.551)	(4.063)	(3.551)
<b>Total do ativo</b>	<b>21.721.851</b>	<b>17.439.030</b>	<b>21.720.106</b>	<b>17.436.662</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>856.854</b>	<b>572.542</b>	<b>856.854</b>	<b>572.542</b>
Operações de crédito (Nota 8)	271.486	214.047	271.486	214.047
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7b)	572.785	351.347	572.785	351.347
Resultado das aplicações compulsórias	12.583	7.148	12.583	7.148
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(718.053)</b>	<b>(459.178)</b>	<b>(717.662)</b>	<b>(458.886)</b>
Operações de captação no mercado (Nota 13b)	(689.967)	(432.817)	(689.576)	(432.525)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 16b)	(21.108)	(17.991)	(21.108)	(17.991)
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8e)	(6.978)	(8.370)	(6.978)	(8.370)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>138.801</b>	<b>113.364</b>	<b>139.192</b>	<b>113.656</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(87.598)</b>	<b>(65.326)</b>	<b>(88.647)</b>	<b>(66.076)</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 21e)	114.567	86.536	125.225	93.700
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21e)	36	45	36	45
Despesas de pessoal (Nota 21f)	(32.646)	(27.129)	(35.595)	(29.476)
Despesas administrativas (Nota 21g)	(86.578)	(71.227)	(93.761)	(75.065)
Despesas tributárias	(24.685)	(11.494)	(25.744)	(12.302)
Resultado de participações em controladas e coligadas (Nota 10)	1.213	1.553	696	557
Outras receitas operacionais (Nota 21h)	19.658	10.650	19.681	10.752
Outras despesas operacionais (Nota 21i)	(79.163)	(54.260)	(79.185)	(54.287)
<b>Resultado operacional</b>	<b>51.203</b>	<b>48.038</b>	<b>50.545</b>	<b>47.580</b>
<b>Resultado não operacional (Nota 21j)</b>	<b>20.975</b>	<b>419</b>	<b>21.942</b>	<b>1.276</b>
<b>Resultado antes da tributação e da participação no lucro</b>	<b>72.178</b>	<b>48.457</b>	<b>72.487</b>	<b>48.856</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)</b>	<b>(27.235)</b>	<b>(17.751)</b>	<b>(27.495)</b>	<b>(18.079)</b>
Imposto de renda (Nota 9d)	(17.315)	(12.124)	(17.479)	(12.343)
Contribuição social (Nota 9e)	(10.753)	(7.497)	(10.849)	(7.605)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de Reais)**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido ajustado	80.165	57.863	81.068	59.270
Lucro líquido antes dos tributos e da participação no lucro	72.178	48.457	72.487	48.856
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.978	8.370	6.978	8.370
Despesas de instrumentos híbridos de capital e dívida	673	733	673	733
Depreciações e amortizações	1.319	1.196	1.375	1.208
Resultado de participações em controladas	(1.213)	(1.553)	(696)	(557)
Resultado ágio de participação em controladas	442	765	442	765
Juros pela venda do imobilizado	(1.444)	(1.113)	(1.444)	(1.113)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.232	1.008	1.253	1.008
Diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez	(118.820)	(2.682.488)	(118.820)	(2.682.488)
Diminuição (aumento) de títulos e valores mobiliários	(2.478.524)	322.090	(2.479.057)	322.904
Diminuição das relações interfinanceiras e interdependências	96.910	112.595	96.910	112.595
Aumento das operações de crédito	(587.741)	(925.099)	(587.741)	(925.099)
Aumento de outros créditos	(68.177)	(221.126)	(67.384)	(220.374)
Aumento de outros valores e bens	(2.239)	(1.299)	(2.307)	(1.344)
Aumento de outras obrigações	135.032	271.449	134.636	269.594
Imposto de renda e contribuição social (compensados)	(20.723)	(19.621)	(20.907)	(19.948)
Variação nos resultados de exercícios futuros	(20)	35	(20)	35
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(2.964.137)</b>	<b>(3.085.601)</b>	<b>(2.963.622)</b>	<b>(3.084.855)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Recebimento de dividendos coligadas-controladas	578	1.364	-	-
Alienação de imobilizado de uso	49	21	49	27
Alienação de investimentos	-	-	-	141
Alienação de intangível	9	-	9	-
Aquisição de investimentos	-	-	-	(13)
Aquisição de imobilizado	(799)	(304)	(908)	(366)
Aquisição de intangível	(981)	(678)	(981)	(678)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>	<b>(1.144)</b>	<b>403</b>	<b>(1.831)</b>	<b>(889)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de depósitos	2.394.514	2.071.401	2.394.685	2.071.948
Diminuição das obrigações por operações compromissadas	(117.696)	(284.889)	(117.696)	(284.888)
Aumento dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	609	561	609	561
(Diminuição) aumento das obrigações por empréstimos e repasses	63.974	16.128	63.974	16.128
Aumento de capital social	84.840	70.314	84.840	70.314
Pagamento de Dividendos	(46)	(558)	(46)	(558)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>2.426.195</b>	<b>1.872.957</b>	<b>2.426.366</b>	<b>1.872.957</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(539.086)</b>	<b>(1.212.241)</b>	<b>(539.087)</b>	<b>(1.212.239)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (Nota 4)	3.491.756	2.531.033	3.491.757	2.531.033
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (Nota 4)	2.952.670	1.318.792	2.952.670	1.318.794

**Fluxos de caixa das atividades de investimentos**

	2014	2013	2014	2013
Recebimento de dividendos coligadas-controladas	578	1.364	-	-
Alienação de imobilizado de uso	49	21	49	27
Alienação de investimentos	-	-	-	141
Alienação de intangível	9	-	9	-
Aquisição de investimentos	-	-	-	(13)
Aquisição de imobilizado	(799)	(304)	(908)	(366)
Aquisição de intangível	(981)	(678)	(981)	(678)

**Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos (1.144) 403 (1.831) (889)****Fluxos de caixa das atividades de financiamentos**

	2014	2013	2014	2013
Aumento de depósitos	2.394.514	2.071.401	2.394.685	2.071.948
Diminuição das obrigações por operações compromissadas	(117.696)	(284.889)	(117.696)	(284.888)
Aumento dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	609	561	609	561
(Diminuição) aumento das obrigações por empréstimos e repasses	63.974	16.128	63.974	16.128
Aumento de capital social	84.840	70.314	84.840	70.314
Pagamento de Dividendos	(46)	(558)	(46)	(558)

**Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 2.426.195 1.872.957 2.426.366 1.872.957****Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa (539.086) (1.212.241) (539.087) (1.212.239)**

	2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (Nota 4)	3.491.756	2.531.033	3.491.757	2.531.033
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (Nota 4)	2.952.670	1.318.792	2.952.670	1.318.794

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. Contexto operacional**

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Banco Central) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicobob").

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicobob Ltda. - Sicobob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descaimento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado no valor de R\$ 3,232 bilhões em 30 de junho de 2014, não oferece risco em função do que segue: i) a maior parte do ativo de longo prazo, ou seja, 53,34% no balanço patrimonial individual e 53,39% no consolidado constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Ponta Administradora de Consórcios Ltda. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 12 de agosto de 2014.

**3. Resumo das principais práticas contábeis****a. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

**b. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

**c. Moeda estrangeira**

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**f. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

**g. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

**h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada com prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

**i. Investimentos**

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

**j. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso - 1,67%, equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

**k. Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

**l. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

**m. Depósitos e captações no mercado**

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

**n. Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

**o. Plano de previdência**

O plano de previdência instituído pelo BANCOOB possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

**p. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em um estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

**q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do BANCOOB ou seja constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas, são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais

não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Causas judiciais** - São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o BANCOOB tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

**r. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**s. Pronunciamentos Técnicos - CPCs**

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

**4 Composição do caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
<b>Caixa</b>	<b>3.214</b>	<b>2.861</b>	<b>3.214</b>	<b>2.863</b>
Disponibilidades (Nota 5)	141	116	141	118
Moeda nacional	3.073	2.745	3.073	2.745
Moeda estrangeira	-	-	-	-
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>2.949.456</b>	<b>1.315.931</b>	<b>2.949.456</b>	<b>1.315.931</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	<u>2.952.670</u>	<u>1.318.792</u>	<u>2.952.670</u>	<u>1.318.794</u>

**5. Disponibilidades**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional	141	116	141	118
Moeda estrangeira	3.073	2.745	3.073	2.745
<b>Total</b>	<b>3.214</b>	<b>2.861</b>	<b>3.214</b>	<b>2.863</b>

**6. Aplicações interfinanceiras de liquidez****a. Composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	BANCO					CONSOLIDADO			
	Vencimento		De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total	Total	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses							De 3 a 6 meses
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>	3.593.683	477.657	191.053	124.980	-	4.387.373	5.576.362	4.387.373	5.576.362
Revendas a liquidar - Posição bancada	2.343.831	424.433	140.674	124.980	-	3.033.918	4.150.818	3.033.918	4.150.818
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.249.852	53.224	50.379	-	-	1.353.455	1.425.544	1.353.455	1.425.544
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	582.892	471.828	190.362	260.031	-	1.505.113	1.193.237	1.505.113	1.193.237
<b>Total</b>	<b>4.17</b>								

**8. Operações de crédito****a. Composição da carteira de operações de crédito**

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2014	2013
Empréstimos e títulos descontados	450.859	378.062
Financiamentos	681.871	540.394
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.174.186	5.103.553
Subtotal	7.306.916	6.022.009
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.497)	(37.497)
<b>Total</b>	<b>7.269.419</b>	<b>5.984.261</b>
Circulante	4.227.756	3.585.396
Não Circulante	3.041.663	2.398.865

**b. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento**

	BANCO E CONSOLIDADO							
	vencidas				a vencer			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	2014	2013	Total
Rural	-	1.149.217	2.671.922	1.642.566	434.644	275.836	6.174.185	5.104.573
Intermediários financeiros	450	30.418	87.959	181.494	111.541	24.555	436.417	383.804
Outros serviços	257	45.377	78.032	105.371	59.425	35.702	324.164	218.096
Pessoas físicas	2.198	64.512	111.337	138.206	55.698	199	372.150	315.536
<b>Total</b>	<b>2.905</b>	<b>1.289.524</b>	<b>2.949.250</b>	<b>2.067.637</b>	<b>661.308</b>	<b>336.292</b>	<b>7.306.916</b>	<b>6.022.009</b>

**c. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco**

Risco	BANCO E CONSOLIDADO							
	Percentual	Saldo da carteira	% da carteira	Valor da provisão	Saldo da carteira	% da carteira	Valor da provisão	2013
AA	0,00%	4.966.521	67,97	-	4.154.747	68,99	-	-
A	0,50%	1.940.319	26,56	9.702	1.612.681	26,78	8.063	8.063
B	1,00%	299.779	4,10	2.998	184.511	3,06	1.845	1.845
C	3,00%	55.091	0,75	1.653	30.803	0,51	924	924
D	10,00%	14.163	0,19	1.416	8.337	0,14	834	834
E	30,00%	5.392	0,07	1.617	3.740	0,06	1.122	1.122
F	50,00%	9.531	0,13	4.766	3.341	0,06	1.670	1.670
G	70,00%	2.581	0,04	1.806	1.863	0,03	1.304	1.304
H	100,00%	13.539	0,19	13.539	21.986	0,37	21.986	21.986
<b>Total</b>		<b>7.306.916</b>	<b>100,00</b>	<b>37.497</b>	<b>6.022.009</b>	<b>100,00</b>	<b>37.748</b>	

**d. Concentração das operações de crédito**

	BANCO E CONSOLIDADO			
	2014	%	2013	%
10 maiores devedores	2.499.953	34,21	2.285.260	37,95
50 devedores seguintes	1.674.209	22,91	1.284.079	21,32
100 devedores seguintes	783.130	10,72	645.152	10,71
Demais	2.349.624	32,16	1.807.518	30,02
<b>Total</b>	<b>7.306.916</b>	<b>100,00</b>	<b>6.022.009</b>	<b>100,00</b>

**e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa****e1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Operações de Crédito**

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2014	2013
Saldo no início do semestre	34.054	33.699
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	6.164	5.926
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(2.721)	(1.877)
Saldo no final do semestre	<b>37.497</b>	<b>37.748</b>

Os créditos renegociados no 1º semestre de 2014 totalizaram R\$ 31,15 milhões e decorreram das operações de Crédito Consignado, Empréstimos, Crédito Rural e Funcafé. Dos valores renegociados, R\$ 30.964 representam contratos de Crédito Rural e Funcafé que foram renegociados por força normativa, através de resoluções do CMN e R\$ 194 (2013 – R\$ 88), correspondem a contratos renegociados por inadimplência. A recuperação de créditos baixados como prejuízo no 1º semestre de 2014 totalizou R\$ 616 (2013 - R\$ 637).

**e2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Outros Créditos com característica de concessão de crédito**

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2014	2013
Saldo no início do semestre	3.543	-
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	814	2.444
Saldo no final do semestre	<b>4.357</b>	<b>2.444</b>

**f. Receitas de Operações de Crédito**

	BANCO	
	2014	2013
Empréstimos e títulos descontados	45.682	39.841
Financiamentos	26.989	20.700
Financiamentos rurais e agroindustriais	198.199	152.869
Subtotal	<b>270.870</b>	<b>213.410</b>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	616	637
<b>Total</b>	<b>271.486</b>	<b>214.047</b>

**9. Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido**

**Créditos tributários**  
Em 30 de junho de 2014, o Bancoob possuía créditos tributários registrados em Outros Créditos (Nota 21b), no montante de R\$ 22.552 (2013 - R\$ 21.601), que são originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e fiscal.

**a. Composição**

Natureza e Origem	BANCO E CONSOLIDADO			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para COFINS	6.971	6.971	6.971	6.971
Provisão/perdas para créditos de liquidação duvidosa	43.133	43.133	41.273	41.273
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	1.286	1.286	1.148	1.148
Provisão para Participação nos Resultados	1.897	1.897	1.560	1.560
Ajuste a valor de mercado (TVM)	863	863	108	108
FGTS 50% - Diretoria	440	440	500	500
Honorários Advocatícios	1.000	1.000	1.711	1.711
Bonificação Cartão	525	525	477	477
Outras provisões	264	264	254	254
Montante	56.379	56.379	54.002	54.002
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Créditos tributários constituídos	<b>14.095</b>	<b>8.457</b>	<b>13.501</b>	<b>8.100</b>

**b. Movimentação**

	BANCO E CONSOLIDADO			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>				
Crédito tributário (ativo)	13.368	8.021	12.324	7.395
Imposto diferido (passivo)	(110)	(66)	(35)	(21)
	<b>13.258</b>	<b>7.955</b>	<b>12.289</b>	<b>7.374</b>
<b>Ajuste em resultado</b>	<b>521</b>	<b>312</b>	<b>1.169</b>	<b>701</b>
Créditos tributários constituídos	1.975	1.185	2.276	1.365
Créditos tributários baixados	(1.454)	(873)	(1.107)	(664)
<b>Ajuste em patrimônio líquido (TVM)</b>	<b>311</b>	<b>187</b>	<b>42</b>	<b>24</b>
Créditos tributários constituídos	209	126	94	55
Créditos tributários baixados	(3)	(2)	(86)	(51)
Movimentação do imposto diferido	105	63	34	20
<b>Movimentação</b>	<b>832</b>	<b>499</b>	<b>1.211</b>	<b>725</b>
<b>Saldo em 30 de junho</b>				
Crédito tributário (ativo)	14.095	8.457	13.501	8.100
Imposto diferido (passivo)	(5)	(3)	(1)	(1)
	<b>14.090</b>	<b>8.454</b>	<b>13.500</b>	<b>8.099</b>

**c. Expectativa de realização do crédito tributário**

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	BANCO E CONSOLIDADO	
	Valor nominal	Valor presente
2014	7.240	6.827
2015	3.554	3.003
2016	3.855	2.934
2017	3.829	2.637
2018	4.074	2.551
<b>Total de créditos tributários</b>	<b>22.552</b>	<b>17.952</b>

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

**d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	BANCO				CONSOLIDADO			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	72.178	72.178	48.457	48.457	72.487	72.487	48.856	48.856
Resultado de participações em controladas	(1.213)	(1.213)	(1.553)	(1.553)	(696)	(696)	(557)	(557)
Participação de empregados nos lucros	(1.857)	(1.857)	(2.072)	(2.072)	(1.906)	(1.906)	(2.143)	(2.143)
Base de cálculo	69.108	69.108	44.832	44.832	69.885	69.885	46.156	46.156
Alíquota de tributação	25%	15%	25%	15%	15%/9%	25%	15%/9%	25%
	<b>17.277</b>	<b>10.366</b>	<b>11.208</b>	<b>6.725</b>	<b>17.471</b>	<b>10.460</b>	<b>11.539</b>	<b>6.865</b>
Efeito tributário sobre diferenças temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.111	666	1.577	946	1.110	667	1.579	947
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	47	28	(84)	(50)	49	29	(100)	(56)
Demais provisões	(637)	(382)	(331)	(199)	(622)	(374)	(333)	(202)
	<b>521</b>	<b>312</b>	<b>1.162</b>	<b>697</b>	<b>537</b>	<b>322</b>	<b>1.146</b>	<b>689</b>
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes								
Prejuízo fiscal/Base negativa à compensar	-	-	-	-	(32)	(13)	(71)	(26)
Doações e patrocínios								
incentivados	(390)	-	(210)	-	(390)	-	(210)	-
PAT	(187)	-	(131)	-	(188)	-	(135)	-
Prorrogação								
Licença Maternidade	(19)	-	(18)	-	(19)	-	(18)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<b>17.315</b>	<b>10.753</b>	<b>12.124</b>	<b>7.497</b>	<b>17.479</b>	<b>10.849</b>	<b>12.343</b>	<b>7.605</b>

**10. Participações em empresas controladas e coligadas**

Os investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante – investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas".

Discriminação	Data-Base	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Participação %	Quantidade	Resultado de equivalência		Ágio em Investimentos		Banco		Consolidado	
							2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (*)	30/06/2014	2.170	2.457	221	99,9994	2.000.000	221	231	-	-	2.468	2.447	-	-
Cabal Brasil Ltda. (**)	30/06/2014	7.435	15.531	1.364	51	7.435.270	696	557	-	-	7.921	6.632	7.921	6.632
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.	30/06/2014	6.191	5.919	296	99,99	6.191.000	296	765	18	938	5.936	6.198	30	938
<b>Total</b>							<b>1.213</b>	<b>1.553</b>	<b>18</b>	<b>938</b>	<b>16.328</b>	<b>15.277</b>	<b>7.951</b>	<b>7.570</b>

(\*) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 30 de junho de 2014 é de R\$ 2 bilhões (2013 - R\$ 1,6 bilhões).  
(\*\*) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal dentro do sistema Sicobob.

**11. Imobilizado**

	BANCO					CONSOLIDADO	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Imobilizado total	Imobilizado total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>3.010</b>	<b>48.880</b>	<b>3.582</b>	<b>829</b>	<b>512</b>	<b>56.813</b>	<b>56.896</b>
Aquisição	-	-	78	131	95	304	366
Alienação	-	-	-	-	(21)	(21)	(27)
Depreciação	-	(439)	(356)	(199)	(39)	(1.033)	(1.045)
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	<b>3.010</b>	<b>48.441</b>	<b>3.304</b>	<b>761</b>	<b>547</b>	<b>56.063</b>	<b>56.190</b>
Custo total	3.010	52.904	7.480	9.383	873	73.650	73.883
Depreciação acumulada	-	(4.463)	(4.176)	(8.622)	(326)	(17.587)	(17.693)
<b>Valor residual</b>	<b>3.010</b>	<b>48.441</b>	<b>3.304</b>	<b>761</b>	<b>547</b>	<b>56.063</b>	<b>56.190</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>3.010</b>	<b>48.002</b>	<b>3.436</b>	<b>765</b>	<b>509</b>	<b>55.722</b>	<b>56.199</b>
Aquisição	-	-	595	162	42	799	908
Alienação	-	-	(24)	(22)	(3)	(49)	(49)
Depreciação	-	(439)	(360)	(158)	(55)	(1.012)	(1.068)
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>3.010</b>	<b>47.563</b>	<b>3.647</b>	<b>747</b>	<b>493</b>	<b>55.460</b>	<b>55.990</b>
Custo total	3.010	52.904	8.384	9.591	930	74.819	75.528
Depreciação acumulada	-	(5.341)	(4.737)	(8.844)	(437)	(19.359)	(19.538)
<b>Valor residual</b>	<b>3</b>						

**d. Cofins – Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS**

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, alterando o art. 39 da Lei nº 12.865/13 (instituiu o programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - REFIS, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras), concedendo anistia de 100% quanto às multas de mora e juros, pela adesão ao REFIS, em contrapartida à desistência das ações judiciais e administrativas em curso por parte do contribuinte que discutiam a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Em 29 de novembro de 2013, o Bancoob aderiu ao REFIS, recolhendo o valor à vista de R\$ 29.474, registrado na rubrica "Despesas de Contribuição ao Cofins".

**18. Patrimônio líquido**

**a. Capital social**  
O capital social é composto atualmente por 348.669.600 ações (2013 – 276.648.809), sendo 175.291.567 ordinárias (2013 – 139.083.543) e 173.378.033 preferenciais (2013 – 137.565.266), todas sem valor nominal.  
Em 31 de março de 2014, por meio de AGE, foi deliberado o aumento de capital no valor R\$ 84.840, os quais foram totalmente integralizados ainda no 1º semestre.

Em 02 de junho de 2014 a AGE deliberou um aumento de capital do valor de R\$ 44.538, os quais foram integralizados em julho de 2014.

**b. Reserva de capital**  
O saldo de R\$ 45 (2013 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

**c. Reserva de lucros**  
O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 2.154 (2013 - R\$ 1.432). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 38.778, referente ao resultado do 1º semestre de 2014 (2013 – R\$ 25.770), a ser destinado na próxima assembleia.

**d. Dividendos**  
O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 2.154, equivalentes a R\$ 6,18 por lote de mil ações (em 2013, R\$ 1.432, equivalente a R\$ 5,18 por lote de mil ações).

**e. Ajuste a valor de mercado**  
Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

**19. Instrumentos híbridos de capital e dívida**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.444/07, de 28 de fevereiro de 2007, o Bancoob mantém a captação de recursos com as suas cooperativas de crédito, por meio de "Instrumentos híbridos de capital e dívida". Em junho de 2014 houve o resgate total (2013 - R\$ 19.675).

**20. Limites operacionais - Acordo da "Basileia"**

O patrimônio líquido do Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

	BANCO		CONSOLIDADO	
	Basileia III	Basileia II	Basileia III	Basileia II
	2014	2013	2014	2013
	Junho (1)	Junho	Junho (1)	Junho
<b>Patrimônio de referência de nível I</b>	<b>663.408</b>	<b>564.554</b>	<b>663.408</b>	<b>564.554</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>663.408</b>	<b>564.554</b>	<b>663.408</b>	<b>564.554</b>
Patrimônio Líquido	663.669	561.100	663.669	561.100
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	3.454	-	3.454
<b>Patrimônio de referência de nível II</b>	<b>-</b>	<b>16.221</b>	<b>-</b>	<b>16.221</b>
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	(3.454)	-	(3.454)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (2)	-	19.675	-	19.675
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>663.408</b>	<b>580.775</b>	<b>663.408</b>	<b>580.775</b>
Risco de Crédito	4.628.729	3.913.095	4.627.040	3.911.170
Risco de mercado	45.484	22.682	45.484	22.682
Risco operacional	424.682	350.842	424.682	350.842
<b>Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (3)</b>	<b>5.098.895</b>	<b>4.286.619</b>	<b>5.097.206</b>	<b>4.284.694</b>
<b>Índice da Basileia (a/b)</b>	<b>13,01%</b>	<b>13,55%</b>	<b>13,02%</b>	<b>13,55%</b>
<b>Capital nível I</b>	<b>13,01%</b>	<b>13,17%</b>	<b>13,02%</b>	<b>13,18%</b>
<b>Capital nível II</b>	<b>-</b>	<b>0,38%</b>	<b>-</b>	<b>0,38%</b>
Risco <i>banking</i> (RBAN)	478.179	313.434	478.179	313.434
<b>Índice da Basileia amplo</b>	<b>11,90%</b>	<b>12,63%</b>	<b>11,90%</b>	<b>12,63%</b>

- (1) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4192/13 do CMN;
- (2) Até setembro de 2013, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2013, os valores foram apurados com base na Resolução nº 4.192/13 do CMN;
- (3) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigido" de períodos anteriores, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA".

**21. Outros desdobramentos das demonstrações contábeis**

**a. Composição de relações interfinanceiras**

**a.1 Ativas**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação			
Recolhimento recurso crédito rural – Bacen – MCR 6-2 (*)			814.276	326.281
Reservas compulsórias em espécie no Bacen			91.682	-
Bacen – Recolhimentos obrigatórios			24.099	13.510
Relações com correspondentes			401.714	281.875
<b>Total</b>			<b>1.331.844</b>	<b>621.709</b>

(\*) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural - MCR 6-2.

**a.2 Passivas**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação			
<b>Total</b>	<b>975.490</b>	<b>409.576</b>	<b>975.490</b>	<b>409.576</b>

**b. Composição de outros créditos - Diversos**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Depósitos em garantias (*)	7.879	7.577	7.943
Depósito garantia Mastercard	-	176	-	176
Créditos tributários (Nota 9)	22.552	21.601	22.552	21.601
Valores a receber de cooperativas (**)	4.634	3.772	4.634	3.772
Tributos a compensar	21.925	11.005	22.426	11.534
Valores a receber de cartões de crédito (***)	680.512	408.846	680.512	408.846
Títulos e créditos a receber (****)	36.629	36.977	36.629	36.977
Adiantamentos e antecipações salariais	1.433	1.319	1.614	1.433
Adiantamentos por conta de imobilizações	13	562	13	562
Pagamentos a ressarcir	13.853	14.033	14.398	14.542
Valores a receber BNDES	1	1	1	1
Valores a receber Sicoob Confederação	408	347	408	347
Valores a receber Funcafé	5.227	10.823	5.227	10.823
Outros	12.163	6.810	12.675	7.610
<b>Total</b>	<b>807.229</b>	<b>523.849</b>	<b>809.032</b>	<b>525.821</b>
Circulante	752.203	466.364	753.161	467.799
Não Circulante	55.026	57.485	55.871	58.022

(\*) Inclui depósito judicial registrado em Outros créditos - Diversos no circulante no valor de R\$ 7.105 (2013 - R\$ 7.105) relativo à diferença apurada entre os recolhimentos efetuados para a COFINS, em decorrência de liminar concedida, e o exigido nos termos do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (Nota 17a).  
(\*\*) Referem-se aos serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.  
(\*\*\*) Refere-se à movimentação de operações de cartão de crédito à vista e parcelado sem juros.  
(\*\*\*\*) Refere-se, preponderantemente, a valores a receber pela venda de bens ao Sicoob Confederação, no valor de R\$ 29.190, sendo:

**a.** Venda de ativos de tecnologia da informação - Em 29 de setembro de 2008, celebraram entre si o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação contrato de venda de ativos de tecnologia da informação, contemplando aquisição de hardware e software e promessa de cessão de contratos de licenças de software, contratos de terceiros e outras avenças com encerramento dos vencimentos em setembro de 2018.  
**b.** Saldo devedor total da dívida é de R\$ 9.933, em 30 de junho de 2014.  
**c.** Venda de bens imóveis - Em 30 de dezembro de 2008, foi realizada venda de salas e do CPD do edifício-sede do Bancoob:  
• "Promessa de compra e venda de imóvel" entre o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, com encerramento dos recebimentos em novembro de 2033.  
O saldo devedor total da dívida é de R\$ 19.257, em 30 de junho de 2014.

**c. Fiscais e previdenciárias**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Provisão para imposto de renda	17.315	12.124	17.479
Provisão para contribuição social	10.753	7.497	10.849	7.605
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	530	473	530	489
Tributos e contribuições sobre salários	1.649	1.285	1.824	1.711
Tributos e contribuições diferidos (Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários) (Nota 18c)	7	2	7	2
Provisão para riscos fiscais (Nota 17)	7.104	7.104	7.104	7.104
Outros tributos a recolher	3.289	1.612	3.757	1.733
<b>Total</b>	<b>40.647</b>	<b>30.097</b>	<b>41.550</b>	<b>30.987</b>
Circulante	40.644	22.993	41.331	23.632
Não Circulante	3	7.104	219	7.355

**d. Composição de outras obrigações - Diversas**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Provisão para pagamento de despesas	30.673	31.003	30.828
Tarifas interbancárias a repassar	2.462	2.189	2.462	2.189
Obrigações de cartão de crédito (a)	612.952	374.605	612.952	374.605
Provisão Del credere (b)	9.992	9.434	9.992	9.434
Obrigações com convênios oficiais - INSS	5.081	23.980	5.081	23.980
Valores a pagar arrecadação	9.935	6.982	9.935	6.982
Valores a repassar do BNDES	91	46	91	46
Obrigações por recursos de consorciados (c)	-	-	3.263	2.617
Outras	3.497	4.149	5.016	5.158
<b>Total</b>	<b>674.683</b>	<b>452.388</b>	<b>679.620</b>	<b>456.728</b>
Circulante	673.397	451.239	678.271	455.320
Não Circulante	1.286	1.149	1.349	1.408

- (a) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.
- (b) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.
- (c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

**e. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Convênio Sicoob (*)	11.900	10.687	11.900
Rendas de serviços bancários	13.005	11.084	13.005	11.084
Rendas de serviços prestados de fundos	903	724	903	724
Rendas de administração de fundos	-	-	2.009	1.515
Rendas de administração de consórcios	-	-	8.384	-
Rendas de serviços com cartão de crédito (**)	69.379	48.841	69.379	48.841
Rendas de recebimento de concessionárias (***)	15.584	12.489	15.584	12.489
Rendas de tarifas bancárias	36	45	36	45
Outras receitas diversas	3.796	2.711	4.061	8.360
<b>Total</b>	<b>114.603</b>	<b>86.581</b>	<b>125.261</b>	<b>93.745</b>

(\*) Refere-se a prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.  
(\*\*) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.  
(\*\*\*) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

**f. Despesas de pessoal**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Honorários pagos a diretores e conselheiros	2.764	2.226	3.537
Proventos (*)	17.452	14.500	18.582	15.382
Encargos sociais (**)	7.462	6.066	8.212	6.614
Benefícios (***)	4.206	3.703	4.494	3.938
Treinamentos	613	503	621	505
Remuneração a estagiários	149	131	149	131
<b>Total</b>	<b>32.646</b>	<b>27.129</b>	<b>35.595</b>	<b>29.476</b>

(\*) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(\*\*) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(\*\*\*) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a empregados.

**g. Despesas administrativas**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Despesas de água energia e gás	36	29	59
Despesas de comunicação	5.045	4.007	5.242	4.247
Despesas com manutenção e conservação	119	59	136	76
Despesas de material	1.826	1.833	1.841	1.845
Despesas de processamento de dados	34.635	32.550	34.916	32.623
Despesas com propaganda e publicidade	2.620	1.170	2.701	1.197
Despesas com serviços do sistema financeiro	16.508	10.452	16.544	10.486
Despesas de serviços de terceiros	14.638	11.536	20.599	14.550
Despesas de serviços técnicos especializados	5.501	4.733	5.633	4.808
Despesas de depreciação e amortização	1.320	1.196	1.375	1.208
Despesas c/ viagens	1.198	1.086	1.244	1.111
Outras despesas administrativas	3.132	2.576	3.471	2.865
<b>Total</b>	<b>86.578</b>	<b>71.227</b>	<b>93.761</b>	<b>75.065</b>

**h. Composição de outras receitas operacionais**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Recuperação de encargos e despesas	1.644	754	1.644
Receitas de cartões de crédito	13.611	8.165	13.611	8.165
Atualização de crédito com INSS (*)	4.296	1.638	4.296	1.638
Outras	107	93	130	195
<b>Total</b>	<b>19.658</b>	<b>10.650</b>	<b>19.681</b>	<b>10.752</b>

(\*) Refere-se à atualização de recursos próprios do Bancoob utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS, atualizados pela taxa Selic.

**i. Composição de outras despesas operacionais**

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Despesas com administração de cartões de crédito	34.157	23.694	34.157
Atualização de créditos do INSS (*)	5.043	1.849	5.043	1.849
Despesas com tarifas de arrecadação	12.197	8.538	12.197	8.538
Comissão sobre operações de crédito	24.051	17.277	24.051	17.277
Outras	3.715	2.902	3.737	2.929
<b>Total</b>	<b>79.163</b>	<b>54.260</b>	<b>79.185</b>	<b>54.287</b>

(\*) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

**j. Resultado não operacional**

Refere-se, substancialmente, ao recebimento de R\$ 20.000 da First Data, pela obtenção das licenças de aquisição perante as Bandeiras MasterCard e Visa, conforme cláusula 11.2 do acordo operacional entre Bancoob e a Fisrt Data e atualização pelo CDI das parcelas a receber referentes à venda do sistema de tecnologia e das salas do edifício-sede do Banco (Nota 21a).

|--|

Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de crédito;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- análise de situações extremas de perdas na carteira de crédito com vistas a subsidiar o gerenciamento do capital regulamentar.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados, e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009, encontra-se disponível no sítio do Bancoob ([www.bancoob.com.br](http://www.bancoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

## 25. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob ([www.bancoob.com.br](http://www.bancoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2014

### Introdução

- O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
- Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
- A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado Financeiro são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
- A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
- A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado Financeiro. Cabe à Auditoria Independente:
  - opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; e
  - avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

### Atividades

- O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
  - promoveu, no 1º semestre de 2014, 6 reuniões ordinárias;
  - atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
  - acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
  - promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
  - acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios; e
  - apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

### Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

- Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos no Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
- No 1º semestre de 2014, não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
- O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

### Auditoria Independente

- Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
- O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 30/6/2014.

### Auditoria Interna

- Em conformidade com o planejamento anual aprovado, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob.
- O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

### Demonstrações Contábeis

- Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
- O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis consolidadas de 30/6/2014 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Bancoob naquela data, recomendando, assim, a aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 08 de agosto de 2014.

Rubens Rodrigues Filho  
Coordenador

Énio Meinen

Marco Aurélio B. de Almada Abreu

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas referentes a 30 de junho de 2014 e 2013, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas, na posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 12 de agosto de 2014.

Ismael Perina Júnior  
Presidente do Conselho

Flávio Vaz de Lima  
Secretário do Conselho

César Augusto Mattos  
Conselheiro

Edemar Fronchetti  
Conselheiro

Renato Altino Paiva Neto  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Bancoob é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 30 de junho de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 12 de agosto de 2014.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde  
Contador  
CRC 1MG051926/O-0 "S" DF

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Castilhano Vilares - Presidente do Conselho  
Geraldo Souza Ribeiro Filho – Vice-Presidente do Conselho  
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro  
Ivan Capra - Conselheiro  
José Salvo de Menezes - Conselheiro  
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro  
Manoel Messias da Silva – Conselheiro  
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro  
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

### DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente  
Énio Meinen – Diretor  
Ricardo Simone Pereira - Diretor  
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

### CONTADOR

Primo João Cracco  
CRC-SP 149.703/O - S - DF

